



EDIÇÃO ESPECIAL



Mala Direta
Postal
1596/2004-DR/BSB
AMB
...CORREIOS...



AMB *Informa*

Junho de 2009

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS

AMB presente no Congresso Nacional



Ciente de que uma entidade de classe deve atuar de forma pró-ativa e vigilante, a AMB mantém um trabalho permanente de contato com os representantes do Poder Legislativo brasileiro. Semanalmente, a diretoria marca presença nos corredores do Congresso Nacional, promovendo o debate e articulando com os parlamentares a votação de projetos de interesse da magistratura. A intensa mobilização vem garantindo a ampliação do diálogo com deputados e senadores e a abertura de espaço para a exposição dos pontos de vista dos juizes brasileiros, como pode ser conferido nesta edição especial do **AMB Informa**.

Desta forma, a Associação vem cumprindo à risca os objetivos principais de sua existência: a defesa das garantias e direitos dos magistrados, o fortalecimento do Poder Judiciário e a promoção dos valores do Estado democrático de Direito. A manutenção da idade para aposentadoria compulsória aos 70 anos, a revisão do subsídio e o restabelecimento do adicional por tempo de serviço (ATS) são apenas alguns dos temas acompanhados de perto. Ao participar de audiências públicas e ser ouvida a respeito de projetos importantes para o País, a AMB consolida seu nome no rol de entidades empenhadas em construir um Brasil mais justo e igualitário.

Um exemplo desse engajamento aconteceu no último dia 6 de maio, quando a entidade reuniu centenas de magistrados para a Marcha em Defesa da Cidadania e do Poder Judiciário, em que 166 entidades protestaram contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 351/2009, a PEC dos Precatórios.

Líderes partidários recebem pleitos da AMB

Lideranças do Congresso Nacional abrem espaço para manifestação dos juízes

Como maior entidade de classe da magistratura, a AMB tem o dever de lutar pelos pleitos da magistratura. E para tanto não tem poupado esforços. O maior exemplo disso são as reuniões realizadas com líderes da Câmara e do Senado. “Nossa intenção é contribuir com um debate franco e transparente”, ressaltou o presidente da entidade, Mozart Valadares Pires, durante as visitas ao Congresso Nacional. A resposta ao incansável trabalho tem sido boa. “É importante que a AMB participe e opine sobre essas matérias de iniciativas da Casa”, declarou o líder do PDT, Leonel Brizola Neto.

Ao conversar com os parlamentares, é possível notar que existe um esforço para pôr em votação os projetos de interesse da magistratura que tramitam há anos nas duas casas legislativas. Em relação ao Projeto de Lei nº 7.297/2006 – que altera o subsídio do ministro do Supremo Tribunal Federal –, o deputado Sandes Júnior (PP-GO) declarou aos juízes, durante reunião: “Precisamos votar esta proposta que está parada há muitos anos na Casa”. Seu líder,

o deputado Mário Negromonte (BA), completou: “Já pedimos ao Michel Temer para pôr em pauta”.

O líder do PT na Câmara, Cândido Vaccarezza (SP), também manifestou-se favorável ao pleito. “Sabemos que qualquer aumento para os servidores públicos está complicado com o atual cenário econômico mundial, mas a AMB deve sustentar que não se trata de aumento, mas de uma reposição”, afirmou.

O assunto foi debatido ainda com diversos outros parlamentares. No dia 3 de março, Mozart foi recebido pelos deputados Henrique Alves (líder do PMDB na Câmara), Flávio Dino (PCdoB-MA), Regis Oliveira (PSC-SP), Manoel Junior (PSB-PB) e Gonzaga Patriota (PSB-PE).

Aposentadoria

Além da readequação salarial, as conversas entre juízes e parlamentares tiveram outro foco: a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 457/2005, que aumenta a idade da aposentadoria compulsória de 70 para 75 anos. Por onde passa no Congresso Nacional, Mozart Valadares Pires explica o posicionamento da entidade, que é contrária à aprovação da proposta. “Não se trata de preconceito, e reconhecemos que há um aumento na expectativa de vida do brasileiro”, destaca Mozart.

O líder do PTB na Câmara, Jovair Arantes (GO), foi enfático: “Nosso partido tem se posicionado contra o aumento da idade de 70 para 75 anos. Nós entraremos nisso”. Já o líder do PT na Casa, Cândido Vaccarezza (SP), ponderou sobre o tema. “Nossa posição é contrária, mas há pessoas no partido que defendem os 75 anos



Deputado Cândido Vaccarezza, líder do PT



Deputado Leonel Brizola Neto, líder do PDT



Deputado Jovair Arantes, líder do PTB

com mandatos de 12 anos nos tribunais”, disse.

Rodrigo Rollemberg, líder do PSB, ouviu os argumentos da AMB sobre a PEC 457 e revelou que apesar de ser favorável ao aumento da idade, analisará o material elaborado pela entidade. “Se me convencerem do contrário, não terei dificuldade alguma de mudar minha opinião”, afirmou o deputado do Distrito Federal.

Expediente

AMB informa é uma publicação da Associação dos Magistrados Brasileiros
Endereço: Centro Empresarial Liberty Mall, SCN Quadra 2, Bloco D, Torre B, Conjunto 1302, Brasília, DF, CEP 70.712-903, Tel. (61) 2103-9000
Página na internet: www.amb.com.br
E-mail: imprensa@amb.com.br

Jornalista responsável: Débora Diniz
Edição: Thaís Ciegliniski
Reportagem: Débora Zampier, Letícia Capobianco, Mariana Monteiro, Thaís Ciegliniski
Revisão: Débora Diniz e Letícia Capobianco
Programação visual: Jonathan Pimenta

Adequação do subsídio: direito previsto na CF

Atual gestão prioriza luta pela revisão remuneratória dos juízes



Leifcia Capobianco/AMB

Presidente do Supremo recebeu diretoria da AMB e das associações filiadas

Mil e cem dias. É o tempo que a magistratura brasileira espera pela aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 7.207/06 – que trata da adequação do subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), extensiva a todas as instâncias da categoria. Prevista na Constituição da República Federativa do Brasil (artigo 37, inciso X, conforme redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98), a revisão anual da remuneração é prioridade da atual gestão da AMB, que desde o início de 2008 tem trabalhado incansavelmente para garantir a célere votação do PL.

Os esforços da AMB para que os magistrados recebam readequação salarial são inúmeros, tanto por meio do corpo a corpo com parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, como dentro do STF. Para subsidiar o trabalho de convencimento dos parlamentares sobre a necessidade urgente de apreciação da matéria, a Associação também ouviu a opinião de cientistas políticos, economistas e sociólogos, todos favoráveis à medida.

Em outubro de 2007, o PL foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara, depois de

ser acolhido, com alterações e emendas, pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Finanças e Tributação. Desde então, o projeto aguarda apreciação pelo Plenário da Casa, tendo entrado na pauta de votações da Câmara por diversas vezes e sido adiado outras muitas.

Mea culpa

Segundo reconheceu o deputado Regis Oliveira (PSC-SP), magistrado aposentado e um dos interlocutores da categoria na Câmara, a culpa pela matéria ainda não ter sido votada é dos próprios parlamentares. Em audiência com o presidente da AMB, Mozart Valadares Pires, e representantes de entidades filiadas, no dia 3 de março deste ano, Oliveira explicou que o trancamento da pauta da Casa por medidas provisórias dificultava a tramitação do PL do subsídio, mas ressaltou que a magistratura estava em seu direito ao pedir a recomposição. “O atraso para votar esse projeto, que já está na Casa desde meados de 2006, é nosso. Temos o dever de colocar a pauta em votação”, disse.

No dia 8 de abril, a urgência de apreciação da matéria foi defendida por outro parlamentar, o deputado Sandro Mabel (GO), líder do Partido da República (PR) na Câmara. Ele adiantou a Mozart e ao vice-presidente de Assuntos Legislativos da AMB, Wilson da Silva Dias, que está trabalhando para garantir a votação célere do projeto, tema que, segundo ele, vem sendo amplamente debatido na Casa e cuja apreciação pelo Plenário é apenas uma questão de tempo.

Apoio da base e da cúpula do Judiciário

A mobilização em prol da votação do PL nº 7.207/06 conta com o apoio incondicional da base e da cúpula da magistratura. Em novembro de 2008, o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, recebeu Mozart e 45 representantes de 27 associações filiadas à AMB em 20 estados do País para debater as estratégias de atuação no Congresso Nacional.

Na ocasião, Mendes recomendou aos participantes que transmitissem aos seus filiados que, tanto a cúpula do Judiciário, quanto a base da magistratura estavam empenhadas em conseguir a readequação salarial tão esperada pela categoria. “Não está havendo inércia. Todos os dias tratamos deste assunto aqui”, destacou.

O presidente da Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte (Amarn), Mádson Ottoni, que marcou presença na audiência com Mendes, destaca que a atuação da AMB e das entidades filiadas para garantir a votação da matéria é imprescindível. “A luta da magistratura é para que se cumpra a Constituição, que prevê reajustes periódicos aos servidores públicos, devido às perdas inflacionárias. Pretendemos aprovar a recomposição dessas perdas; não queremos reajuste de subsídio”, observou Ottoni.

Incentivo à carreira

AMB segue firme na luta para aprovar proposta que restabelece o ATS



Débora Zampieri/AMB

Presidente da comissão que analisa a PEC do ATS recebe presidente da AMB

Por entender que o exercício da judicatura – assim como o de toda atividade profissional – merece o reconhecimento da experiência, a AMB não mede esforços para ver aprovada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê o resgate do adicional por tempo de serviço (ATS). Desde o final de 2007, em conjunto com outras entidades, a Associação vem trabalhando pela aprovação da matéria. No último dia 14 de maio, foi instalada a comissão de deputados que analisará e votará a PEC nº 210/2007. “A tramitação da proposta do ATS precisa ser mais célere e estamos trabalhando para isso, uma vez que esse dispositivo é um instrumento fundamental para a valorização da carreira”, afirma o presidente da AMB, Mozart Valadares Pires.

Em audiência pública, realizada no dia 2 de junho, na comissão especial que analisa a proposta, Mozart afirmou que a aprovação da matéria representará a valorização da carreira da magistratura. “Trata-se do mecanismo mais impessoal que pode existir no serviço público, uma vez que é distribuído a todos”, salientou. A Associação foi uma das entidades convidadas pelo presidente da comissão, deputado João Dado (PDT-SP), a se manifestar sobre a matéria.

Segundo o parlamentar, o modelo remuneratório atual - subsídio em parcela única - apresentou para muitas carreiras um descompasso com a realidade. “É de fundamental importância a discussão com representantes das entidades envolvidas para que seja devolvida a essas carreiras a valorização e o estímulo para melhor desempenhar suas funções, de modo a preservar e atrair para seus quadros competentes e experientes profissionais, na defesa do interesse público e do Estado”, disse.

Luta incansável

De autoria do deputado Regis de Oliveira (PSC-SP), a PEC teve sua admissibilidade aprovada em abril de 2008 pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara (CCJC) após ampla mobilização da AMB para expor aos deputados os motivos pelos quais defende o restabelecimento do ATS. O trabalho surtiu efeito, tendo a proposta recebido voto favorável do relator, deputado Roberto Magalhães (DEM-PE), e, posteriormente, a aprovação da CCJD. Agora, a Comissão Especial tem prazo de dez sessões para recebimento de emendas e de até 40 sessões para votação na comissão, podendo, este último, ser prorrogado.

A mobilização, no entanto, continua no Congresso Nacional e conta com o apoio dos presidentes das associações filiadas. “A AMB tem sido incansável na luta pelo restabelecimento do ATS, esforço que confere a certeza de que, muito em breve, a magistratura nacional comemorará essa grande conquista”, acredita o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma), Gervásio dos Santos.

A PEC define que as parcelas de caráter indenizatório e o adicional por tempo de serviço, até 35% do valor do subsídio, não serão contados para efeito do cálculo do limite da remuneração dos servidores públicos, cujo teto é o salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal. “O ATS é um importante mecanismo de estímulo ao premiar a experiência e a dedicação do magistrado. Também serve de incentivo aos novos juizes pela dimensão que dá à carreira, abrindo-lhes perspectivas de melhora salarial ao longo dos anos”, resume o presidente da Amma.

Juizados especiais

Uma intervenção da AMB mudou o rumo de um projeto que previa alterações na rotina dos juizados especiais. Em abril, o andamento do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 16/2007 - que prevê a criação de mecanismo de uniformização de jurisprudência nos casos em que houver decisões divergentes entre turmas recursais dos juizados especiais estaduais - foi suspenso.

O recuo foi decidido após a manifestação de magistrados, advogados e representantes de tribunais superiores, em uma audiência pública realizada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. O relator da proposta, senador Valter Pereira (PMDB-MS) apresentará um substitutivo ao projeto.

Magistratura contra PEC dos 75 anos

Após intenso trabalho junto a parlamentares, AMB fará manifestação na Câmara

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 457/2005, a PEC dos 75 anos, é uma das principais preocupações da AMB dentre os projetos que tramitam no Legislativo. A atuação incisiva da entidade contra a elevação da idade para aposentadoria compulsória dos servidores públicos contribuiu para a retirada da matéria da pauta de prioridades da Câmara dos Deputados recentemente. Mas para a AMB, o assunto só estará encerrado quando toda a sociedade entender que a proposta é prejudicial para o Judiciário e para o País.

O movimento contrário à PEC começou na antiga gestão e continua entre as prioridades legislativas da AMB para o triênio 2008/2010. Desde que assumiu a presidência da entidade, Mozart Valadares Pires tem abordado o assunto em audiências com parlamentares, e em especial, com os líderes partidários. Ele leva consigo um forte argumento: uma pesquisa da entidade constatou que cerca de 80% dos magistrados são contrários à aprovação da proposta. "Caso aprovada, a PEC engessaria a carreira e impediria a renovação das idéias nas cúpulas dos tribunais, interferindo na modernização da jurisprudência", critica Mozart.

A intensificação do contato com o Legislativo nos últimos meses levou a AMB a outras vitórias significativas em relação à matéria. "Muitos parlamentares prometeram estudar o assunto com cuidado; outros saíram das reuniões convencidos de que nossos argumentos são válidos", comemora Wilson Dias, vice-presidente de Assuntos Legislativos da AMB. Para Wilson, um exemplo de investida bem-sucedida é o caso do deputado Sandro Mabel (GO). Ex-simpatizante da PEC, o líder do PR na Câmara passou a pensar de forma alinhada com a AMB depois de uma audiência com Mozart e Wilson no último dia 8 de abril.

Wilson acredita que a cartilha produzida sobre o tema pela entidade tem colaborado muito no convencimento dos parlamentares contra a aprovação da PEC nº 457/2005. Entre outros dados, o estudo traz projeções sobre as formações dos tribunais superiores caso a PEC seja aprovada: há ministros que poderiam ficar até 37 anos no cargo. Outro movimento que vem gerando bons resultados é a ação individual de algumas entidades filiadas, como a do Espírito Santo (Amages), Paraíba

(AMPB) e Maranhão (Amma), que procuraram as bancadas parlamentares regionais para externarem a insatisfação de seus associados sobre o assunto.

Enquanto isso, a AMB já definiu seu próximo passo contra a aprovação da proposta. No dia 17 de junho, realizará nova manifestação na Câmara em parceria com as entidades que compõem a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público pela Rejeição da PEC nº 457/2005, a exemplo de mobilização semelhante promovida em maio de 2008. "Mais uma vez, queremos mostrar que todos os segmentos da magistratura são contra a aprovação dessa proposta que interessa somente a uma minoria", explica Mozart.

Lei da Adoção: votação está próxima

O esforço pela aprovação da Lei Nacional da Adoção deve gerar resultados em breve. Quem traz a boa notícia é o vice-presidente de Assuntos da Infância e da Juventude da AMB, Francisco Oliveira Neto. "O Projeto de Lei nº 1.756/2003 pode ser votado a qualquer momento. Os parlamentares garantiram que ainda no primeiro semestre a matéria entrará em pauta", explica Francisco, que usou sua experiência como titular da 1ª Vara da Infância e Juventude de Florianópolis (SC) para contribuir com o Legislativo sobre o assunto.

O vice-presidente participou, em abril, de uma reunião no gabinete do senador Aloisio Mercadante (PT-SP), relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). "Governo e sociedade discutiram as divergências restantes, como o processo de habilitação e o prazo para destituição do poder familiar", observa. O projeto de lei foi aprovado na Câmara dos Deputados em agosto de 2008.



Letícia Capabianco/AMB

Sandro Mabel (PR-GO) colocou-se contra a PEC após ouvir argumentos da AMB

Quebrando barreiras

Presidente da AMB explica o trabalho de aproximação com o Legislativo

Desde que assumiu a presidência da AMB, em dezembro de 2007, Mozart Valadares Pires tem priorizado a luta pela votação dos projetos de interesse da magistratura no Congresso Nacional. Ele acredita ser proveitosa a aproximação entre o Judiciário e o Legislativo, desde que respeitada a independência de cada poder. Na opinião do magistrado, muitas barreiras já foram quebradas com o trabalho de corpo a corpo dos juizes com os parlamentares. “Nossa participação no Congresso Nacional é para colaborar, levar aos parlamentares das duas casas o pensamento da magistratura brasileira”, afirma Mozart. Confira a seguir entrevista com o presidente da AMB sobre a atuação da entidade na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

AMB Informa – Qual o objetivo do trabalho que a AMB vem desenvolvendo no Congresso Nacional?

Mozart Valadares Pires – Tem dois objetivos principais: o primeiro é a aproximação da magistratura com o parlamento brasileiro, e o segundo é acompanhar de perto todos os projetos que dizem respeito ao Poder Judiciário.

Por que é importante o engajamento nesta luta?

Esta é a atividade principal da entidade de classe: a institucional. É a sugestão para aperfeiçoar a legislação, com projetos que estão em tramitação na Casa, e novas propostas de emenda constitucionais, com o objetivo único de melhorar a prestação jurisdicional. Com isso, acreditamos que o Poder Judiciário possa se tornar mais ágil, mais célere e fortalecido, além de darmos uma resposta mais efetiva à sociedade.

Como a AMB atua dentro do Congresso Nacional sem ferir a independência do Legislativo?

Nossa participação é para colaborar, levar aos parlamentares das duas casas o pensamento da magistratura brasileira. Não queremos impor nossas teses, nossas causas, mas queremos apenas que tenham conhecimento do que os juizes pensam sobre determinados projetos. Nós temos a convicção de que como nós do Poder Judiciário não admitimos qualquer arranhão na nossa independência, também é independente o Poder Legislativo.

Arquivo AMB



O fato de o projeto de readequação dos subsídios aguardar votação há três anos fere os princípios do Estado Democrático de Direito?

Esta omissão do Poder Legislativo contraria dispositivos constitucionais. Há uma previsão na Constituição de revisão anual de toda a massa salarial do Estado, de todo o serviço público estatal. Quando o Congresso se omite na sua função – que é discutir e votar os projetos –, ele está descumprindo os preceitos constitucionais. Mas, infelizmente, há muito tempo existe uma paralisia quase que generalizada no Congresso Nacional em virtude da quantidade de medidas provisórias e dos inúmeros escândalos que surgem no âmbito do Legislativo.

Qual é a expectativa em relação à votação desse projeto?

Tivemos contato com todos os líderes par-

tidários e tenho a convicção de que muitas resistências já foram quebradas e que a área de atrito entre o Judiciário e o Legislativo foi reduzida significativamente. Diante disso e com a vontade do presidente da Casa, deputado Michel Temer – que já declarou querer discutir e votar o reajuste dos subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) –, a minha expectativa é que a qualquer momento a gente possa finalmente ultrapassar esta questão.

A nova Loman poderia trazer algum mecanismo que garantisse a revisão sem a necessidade de aprovação no Legislativo?

A identificação desse mecanismo, essa automaticidade encontra resistência inclusive dentro do próprio Judiciário. Essa é uma função legislativa. O que eu já coloquei para alguns ministros do STF é que essa ferramenta não precisa ser automática, mas que possa ser acionada em casos de omissão do Congresso Nacional. Uma hipótese: depois de um ano do projeto estar na Casa e não ter sido analisado, acho que poderíamos identificar um mecanismo que permitisse ao Supremo restaurar os índices inflacionários. Quando ocorresse o aumento real, e não apenas a reposição dos índices inflacionários, aí precisaria realmente de um projeto de lei passando pelo Legislativo. Mas quanto à reposição da inflação, se o Congresso depois de 12 meses não fizesse isso, que o Supremo tivesse esse mecanismo.